



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0000805535

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1010627-67.2018.8.26.0664, da Comarca de Votuporanga, em que é apelante ADRIANO LUIS DO NASCIMENTO (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados ESTADO DE SÃO PAULO e CMB ENGENHARIA LTDA..

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Deram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FABIO TABOSA (Presidente sem voto), NETO BARBOSA FERREIRA E SILVIA ROCHA.

São Paulo, 30 de setembro de 2019.

CARLOS DIAS MOTTA

Relator

Assinatura Eletrônica

Apelação Cível nº 1010627-67.2018.8.26.0664

Apelante: Adriano Luis do Nascimento

Apelados: Estado de São Paulo e Cmb Engenharia Ltda.

Comarca: Votuporanga

Voto nº 16262

ACIDENTE DE TRÂNSITO. Ação de indenização por danos morais. Sentença de improcedência. Interposição de apelação pelo autor. Capotamento de micro-ônibus em rodovia. Aquaplanagem. Controvérsia sobre a responsabilidade pela ocorrência do acidente, a identificação das vítimas do evento e a extensão dos danos suportados. As provas orais e periciais requeridas pelas partes podem contribuir, respectivamente, na identificação dos passageiros do micro-ônibus que sofreu o capotamento e na apuração da velocidade do aludido veículo no momento do acidente, esclarecimentos que podem resultar na apuração da responsabilidade civil das rés ou mesmo no reconhecimento de culpas concorrentes. Julgamento antecipado da lide impediu a produção de provas necessárias ao deslinde da causa, ocasionando o cerceamento do direito processual da parte autora. Anulação da r. sentença, com retorno do feito à origem, a fim de que sejam produzidas as provas requeridas pelas partes, dando-se regular prosseguimento ao feito. Apelação provida.

Vistos.

Trata-se de apelação interposta em razão da r. sentença de fls. 217/220, que julgou improcedente a ação movida por Adriano Luís do Nascimento em face de Fazenda do Estado de São Paulo e CMB – Construtora Moraes Brasil Ltda.

Irresignado, o autor interpôs recurso de apelação, sustentando, em síntese, que: o julgamento antecipado da lide impediu a oitiva de testemunhas que confirmariam as suas alegações; a sentença deve ser anulada, em virtude de cerceamento de defesa, a fim de que seja produzida a prova oral que demonstraria a existência de defeito na pista, a culpa das rés e os danos morais sofridos; era uma das vítimas do acidente, apesar de não estar qualificado no boletim de ocorrência; a pista asfáltica estava abaixo do nível do acostamento, sem qualquer dispositivo/canaleta para o escoamento ou anterior retenção, o que ocasionou o acúmulo de água; o veículo que o transportava para o seu trabalho sofreu capotamento em decorrência do fenômeno da

aquaplanagem, que foi provocado pelo excesso de água e barro na pista; não há indício de desatenção ou culpa do condutor do veículo que o transportava; não foi demonstrada a ocorrência de qualquer excludente prevista no § 3º do artigo 14 do CDC; ficou demonstrada a responsabilidade da rés, nos termos do artigo 37, § 6º, da CF/1988; embora não tenha sofrido lesões graves, o acidente foi chocante, com evidente risco de morte, uma vez que o veículo que o transportava capotou na rodovia e sofreu grande amassamento na cabine; o abalo psicológico sofrido não pode ser classificado como aborrecimento do cotidiano; estão configurados os elementos essenciais para configuração do dano moral; a sentença deve ser reformada, para condenar as rés ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 30.000,00, além das despesas processuais e honorários advocatícios arbitrados em de 20% do valor da condenação (fls. 228/242).

Recurso de apelação tempestivo e isento de recolhimento de preparo, em razão de o autor ser beneficiário da justiça gratuita (fls. 57).

Houve apresentação de contrarrazões apenas pela fazenda ré (fls. 443/451 e 453).

Não houve oposição à realização do julgamento virtual, nos termos da Resolução nº 549/2011 do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça, alterada pela Resolução nº 772/2017.

É o relatório.

Em linhas gerais, o autor alega que o micro-ônibus que o transportava capotou na rodovia em decorrência do fenômeno da aquaplanagem, o qual teria sido provocado pela negligência das rés em relação às medidas necessárias para impedir o acúmulo de água na pista. Em razão disso, pugna pela condenação das rés ao pagamento de indenização por danos morais, no importe de R\$ 30.000,00.

Por sua vez, a construtora ré sustenta que a pretensão indenizatória não merece acolhimento, argumentando, em síntese, que não há

prova de que o autor seja uma das vítimas do acidente narrado nos autos, as obras que provocaram o alagamento da pista foram realizadas por terceira estranha à lide, a saber, a empresa “Bunge Açúcar e Bioenergia”, o evento ocorreu por imprudência do condutor do micro-ônibus, que desenvolvia velocidade incompatível com as condições da pista, e que o montante indenizatório requerido pelo autor viola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade (fls. 64/70).

Por seu turno, a fazenda ré aduz que a pretensão indenizatória deve ser julgada improcedente, alegando, em suma, que não foi demonstrado o nexo de causalidade entre o capotamento do micro-ônibus e a suposta ausência ou falha no serviço por parte da Administração Pública, o fenômeno da aquaplanagem era previsível e evitável, houve mero aborrecimento, o valor requerido a título de indenização por danos morais não respeita os parâmetros da razoabilidade e proporciona o enriquecimento sem causa do autor (fls. 89/104).

Desse modo, verifica-se que a controvérsia desta demanda versa sobre a responsabilidade pela ocorrência do acidente, a identificação das vítimas do evento e a extensão dos danos suportados.

Posto isso, observa-se que as provas orais e periciais requeridas pelas partes (fls. 19 e 69) podem contribuir, respectivamente, na identificação dos passageiros do micro-ônibus que sofreu o capotamento e na apuração da velocidade do aludido veículo no momento do acidente, esclarecimentos que podem resultar na apuração da responsabilidade civil das rés ou mesmo no reconhecimento de culpas concorrentes.

Contudo, o julgamento antecipado da lide impediu a produção de provas necessárias ao deslinde da causa, ocasionando o cerceamento do direito processual da parte autora.

Por tais razões, anulo a r. sentença, com retorno do feito à origem, a fim de que sejam produzidas as provas requeridas pelas partes (fls. 19, 69 e 104), dando-se regular prosseguimento ao feito.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, **dou provimento** à apelação, para anular a r. sentença.

CARLOS DIAS MOTTA

Relator